Dossiê da emenda Pix 202444150002

Plano de ação 09032024-067021 - gerado em 25/11/2026

AMARELO - Evidência parcial

Execução declarada pelo ente: relatório de gestão entregue no Transferegov declara R$ 1.180.504,73 executados (98% do repassado). Nenhum documento independente (contrato ou contratação) foi localizado nas fontes consultadas; a declaração não substitui o documento. Contabilidade do ente (SICONFI, até 10/2026): 417% das emendas Pix recebidas até 04/05/2026 empenhadas. Alertas: A1 - Pago há mais que o prazo de referência sem contratação ou contrato nas fontes que cobrem o ente; A2 - Plano de trabalho genérico, que dificulta verificar a execução; A4 - Menos de 70% do valor em despesas de capital (art. 166-A da Constituição).

Dados da emenda

Parlamentar	Marangoni
Beneficiário	MUNICIPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE (SP)
Município / IBGE	Presidente Prudente / 3541406
População (IBGE)	235264
Valor previsto	R$ 1.200.000,00
Custeio / investimento	R$ 1.200.000,00 / R$ 0,00
Valor repassado	R$ 1.200.000,00
Primeiro pagamento	2024-07-03
Objeto declarado	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita - medicamento para uso domiciliar - medicamentos e materiais hospitalares.

Análise assistida por IA

Análise assistida

1. Objeto e repasse. A emenda Pix nº 202444150002 (2024), indicada pelo parlamentar Marangoni, destina-se ao Município de Presidente Prudente (SP). O objeto declarado é "Material, bem ou serviço para distribuição gratuita - medicamento para uso domiciliar - medicamentos e materiais hospitalares". A meta registrada é a aquisição de medicamentos e materiais hospitalares. O valor previsto é de R$ 1.200.000,00, todo classificado como custeio, sem investimento. O repasse integral ocorreu em 03/07/2024, pela ordem bancária 2024OB004731. A situação dessa OB é "enviada à instituição bancária para pagamento" ([plano de ação](https://especiais.transferegov.sistema.gov.br/transferencia-especial/plano-acao/detalhe/67021/dados-basicos); [Portal da Transparência](https://portaldatransparencia.gov.br/emendas/detalhe?codigoEmenda=202444150002)).

2. O que as fontes mostram sobre a execução. A única informação sobre execução vem do próprio ente. O relatório de gestão parcial, registrado em 30/06/2026 e com situação "disponibilizado", declara R$ 1.180.504,73 executados (cerca de 98% do repassado) e R$ 19.495,27 pendentes ([relatório de gestão](https://especiais.transferegov.sistema.gov.br/transferencia-especial/plano-acao/detalhe/67021/relatorio-gestao)). Os dados contábeis do ente (SICONFI, até 10/2026) indicam 417% das emendas Pix recebidas até 04/05/2026 empenhadas. Esse percentual é agregado e não identifica empenhos desta emenda. A busca por documentos do ente com os termos "medicamentos materiais hospitalares" não retornou resultados. Nenhum contrato, contratação ou ata foi localizado nas fontes consultadas. A declaração do ente não substitui o documento que a comprove.

3. Alertas e pontos a conferir.
- A1: o pagamento ocorreu há mais que o prazo de referência e não há contratação ou contrato nas fontes que cobrem o ente. É indício para apuração, não conclusão.
- A2: o plano de trabalho é genérico, o que dificulta verificar o que foi efetivamente adquirido.
- A4: menos de 70% do valor está em despesas de capital (art. 166-A da Constituição). Aqui o valor é 100% custeio, o que é compatível com a natureza do objeto. O alerta é um critério automático e não indica, por si só, irregularidade.

Recomenda-se conferir:
- notas de empenho, liquidações e pagamentos específicos desta emenda;
- atas de registro de preços, adesões ou dispensas usadas na compra de medicamentos;
- a lista de itens e quantidades adquiridos;
- a conciliação entre o valor declarado e os documentos de despesa;
- a explicação para os R$ 19.495,27 pendentes;
- a explicação para o percentual de 417% de empenho no SICONFI.

4. Limitações. Esta análise usa apenas a ficha e as fontes consultadas: Transferegov, Portal da Transparência, SICONFI e a base de contratos e diários oficiais já coletada. Compras de medicamentos podem ter sido feitas por atas de registro de preços, consórcios, a secretaria de saúde ou outras entidades. Também podem ter sido publicadas fora dessas fontes ou com objeto descrito de outra forma. Por isso, "sem evidência encontrada nas fontes consultadas" não equivale a ausência de contratação. O relatório de gestão é parcial e declaratório. O indicador do SICONFI é agregado, não individualizado por emenda. A classificação de status (amarelo) é automática e merece conferência humana, preferencialmente com pedido de informações ao município.

Texto gerado automaticamente pelo assistente do Rastro da Emenda a partir dos dados desta ficha; confira os documentos oficiais.

Alertas (indícios para apuração)

A1 - Pago há mais que o prazo de referência sem contratação ou contrato nas fontes que cobrem o ente
A2 - Plano de trabalho genérico, que dificulta verificar a execução
A4 - Menos de 70% do valor em despesas de capital (art. 166-A da Constituição)

Linha do tempo

2024-01-01 Indicação da emenda: Emenda 202444150002 de Marangoni
2024-07-03 Plano de trabalho: Situação: CONCLUIDO_NT_TCU; execução prevista até 2027-07-03
2024-07-03 Pagamento (ordem bancária) - R$ 1.200.000,00: 2024OB004731

Evidências avaliadas

Sem evidência encontrada nas fontes consultadas.

Fontes oficiais

Transferegov - plano de ação (dados básicos): https://especiais.transferegov.sistema.gov.br/transferencia-especial/plano-acao/detalhe/67021/dados-basicos
Transferegov - plano de trabalho: https://especiais.transferegov.sistema.gov.br/transferencia-especial/plano-acao/detalhe/67021/plano-trabalho
Transferegov - relatório de gestão: https://especiais.transferegov.sistema.gov.br/transferencia-especial/plano-acao/detalhe/67021/relatorio-gestao
Portal da Transparência - emenda: https://portaldatransparencia.gov.br/emendas/detalhe?codigoEmenda=202444150002

Aviso: este dossiê aponta indícios para apuração, nunca acusações. A ausência de evidência significa apenas que nada foi encontrado nas fontes consultadas (PNCP e, para municípios de até 20 mil habitantes, Querido Diário). Confira sempre os documentos oficiais nos links acima.